

SABERES INSURGENTES E A PROTEÇÃO DOS BENS COMUNS: PRÁTICAS E FORMAS DE RE-EXISTÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO AGROECOLÓGICO NO SEMIÁRIDO POTIGUAR¹

INSURGENT KNOWLEDGE AND THE PROTECTION OF COMMON GOODS: PRACTICES AND FORMS OF RE-EXISTENCE IN THE CONSTRUCTION OF AGROECOLOGICAL TERRITORY IN THE SEMI-ARID REGION OF THE STATE OF RIO GRANDE DO NORTE

Cimone Rozendo de Souza*
Alfio Brandenburg**

Introdução

A pretensão de tornar a modernidade um modelo civilizatório único, capaz de orientar o destino de uma humanidade plural, vem sendo cada vez mais questionada. Fagocitado pelas forças do mercado, o projeto social da modernidade perdeu sua for-

ça e fomos abandonados com nossos próprios recursos, afirma Bauman (PALLARES-BURKE, 2004). De um lado, defronta-se com sua incapacidade de cumprir as promessas de emancipar e ampliar o bem-estar da sociedade em geral. Do outro, as formas de re-existência de grupos humanos que foram mantidos à margem desse modelo, reforçam o argumento de sua insuficiência e

* Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN, Brasil. E-mail: cimone.rozendo@ufrn.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4903-0839>.

** Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, Brasil. E-mail: alfio@hotmai.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9973-4175>.

1. Esse trabalho é resultado das discussões realizadas no âmbito do projeto CAPES/COFECUB - Transição Agroecológica dos Sistemas Agroalimentares na França e no Brasil CAPES/COFECUB. Agradecemos às agências a concessão de financiamentos que permitiram aprofundar as reflexões aqui apresentadas. Agradecemos às professoras Aparecida Fernandes e Rozeli Porto pelas observações críticas e cuidadosas sobre o texto.



da necessidade de se considerar os distintos modos de viver e interpretar o mundo na construção de um projeto alternativo à modernidade, principalmente num contexto de crise ambiental global.

Para Krenak (2019, p.11), nesta concepção de modernidade está implícito que “existe um jeito de estar na terra”; este jeito é representado por uma “humanidade esclarecida”, simbolizada pelo ocidente, precisamente pelos habitantes dos países ocidentais do Norte, e por “outra obscurecida”, constituída por aqueles que habitam as demais regiões do planeta. Aos esclarecidos, cabe a missão de levar adiante o projeto civilizatório moderno, oferecendo aos distintos grupos humanos “um cardápio único” de como sustentar sua existência. Pinto e Mignolo (2015, p. 382) definem a modernidade como “a interpretação de certos eventos por atores e instituições que se viam e se veem como estando no centro da Terra e no presente de um tempo universal” que, embora forneçam uma “interpretação local e regionalizada, se apresentam como global”. Valendo-se do discurso de que há um objetivo comum a que todas as civilizações devem almejar, oferecem seu pacote salvacionista mesmo a contragosto dos povos “conquistados”. A adesão ao projeto representou o triunfo da razão sobre a barbárie, o ingresso no mundo civilizado e a ascensão ao grupo de vencedores. Essa retórica discursiva pretendia ocultar o horror da colonialidade, expressa em formas de violência física, simbólica, cultural, e no apagamento da existência de sujeitos que não compartilhavam da mesma perspectiva.

A constituição dessa humanidade única pressupunha sujeitos capazes de estabelecer novas relações entre si e com seu entorno, a partir de uma racionalidade pretensamente universal que, sob o capitalismo, fo-

ram cada vez mais mediadas pelos princípios da tecnociência e do mercado. Assim consolidou-se uma concepção de que o nível de permeabilidade dos grupos sociais a essa lógica, determinava a escala em que estes grupos se encontravam no quadro da modernidade. Esse processo foi conceituado ao longo da nossa história como progresso e desenvolvimento (PINTO; MIGNOLO, 2015; PORTO-GONÇALVES, 2012). Des-envolver significava, portanto, desfazer os vínculos com um mundo atrasado, pretérito e irracional, para criar conexões e subjetividades compatíveis com um mundo moderno, substituindo uma organicidade incômoda (KRENAK, 2019) por outros envoltórios (PORTO-GONÇALVES, 2012). A colonização constituiu, portanto, a expressão máxima desse projeto por meio do qual se pretendeu substituir as cosmovisões dos diversos povos por uma história única. Os que resistiram ou que, pela própria dinâmica de reprodução do modelo foram mantidos estrategicamente de fora do “bonde civilizacional”, quando não banidos, foram subjugados, dessubjetivados e adjetivados de atrasados, periféricos, fósseis vivos e sub-humanidade.

Em condições modernas, os sujeitos são liquidificados numa ideia genérica de humanidade (KRENAK, 2019), uma comunidade de destino (SANTOS, 2007). Esta homogeneização representa uma das tentativas de negar e apagar a importância da diversidade de formas de existência desenvolvidas pela sociedade. Sob esta interpretação monocultural, fruto de uma razão indolente (SANTOS, 2007), diversos grupos sociais, bem como suas práticas, são sistematicamente lidas como inexistentes e ausentes, reproduzindo uma narrativa que desperdiça e esteriliza as experiências que ignoram, ou não são capazes de traduzir.

Nesta lógica, tudo que não é passível de ser reduzido a mercadoria, perde a importância e o sentido. Por isso, descredibilizar as experiências não mercantilizáveis constitui uma das características marcantes da modernidade (SANTOS, 2007). “Nosso tempo especializou-se em criar ausências até mesmo de viver em sociedade”, argumenta Krenak (2019, p. 26). Essa crise civilizatória de perda generalizada de sentido, que nos transforma em uma humanidade zumbi (KRENAK, 2019), encontra na crise ambiental a sua maior expressão (SANTOS, 2007; LEFF, 2001). Mas é justamente entre aqueles, que foram capazes de manter seus vínculos de re-existirem com suas cosmovisões e atribuir sentidos às suas experiências, que estão emergindo as possibilidades de se “adiar o fim do mundo” (KRENAK, 2019), de construir um projeto alternativo ao desenvolvimento (PORTO-GONÇALVES, 2012), de elaborar arranjos sociais e modos de vidas alternativos, contrariando aqueles que insistem na ideia de que não há saídas possíveis (BAUMAN, 2004, apud PALLARES-BURKE, 2004).

Krenak (2019, p. 32) nos conta que em diversas etnias indígenas é comum o hábito de suspender o céu quando as situações são demasiado complexas: “Suspender o céu é ampliar o horizonte [...] um horizonte existencial. É enriquecer nossa subjetividade que esse tempo quer consumir”. Essa suspensão é representada pela “resistência contínua dos povos que guardam a memória profunda da terra”. Se é certo que esse “tempo consome a natureza e as subjetividades então devemos vivê-las com a liberdade” e intensidade que pudermos, de modo a expandi-la. É essa expansão que nos permite acalentar diferentes visões e so-

nhos de como podemos, a partir da natureza, reordenar as relações e os espaços. É por intermédio deles que Krenak vê a possibilidade de projetarmos “paraquedas coloridos”, já que nossa queda nesse projeto moderno é inevitável. Em sentido análogo, Santos (2007) propõe dilatar o presente por meio de um exercício cognitivo insurgente, representado pela sociologia das ausências, e contrair o futuro substituindo um futuro vazio por possibilidades plurais concretas – papel que a sociologia das emergências deve assumir. Nesse processo de deslocamento do eixo das interpretações “oficiais”, o diálogo entre saberes se coloca como uma questão fundamental na descolonização do pensamento, no enfrentamento do pensamento único, da colonialidade do saber, contra os “epistemicídios” (SANTOS, 2007). O desligamento ou desengajamento epistêmico dos conceitos modernos é apontado como o primeiro passo para essa mudança (PINTO; MIGNOLO, 2015).

A crise ambiental, expressão da crise civilizatória moderna, representa um ponto de inflexão nos rumos de nossa história e, conseqüentemente, as condições para elaboração de quadros interpretativos capazes de considerar e integrar as cosmovisões, sem reduzi-las a meros objetos de estudo, o que propõe a abordagem decolonial (PINTO e MIGNOLO, 2015; SANTOS, 2007). “Eu venho de lugar nenhum... Eu venho do chão”, disse a moçambicana Paulina Chiziane², vencedora do prêmio Camões de literatura do ano de 2021, revelando a consciência de que habita um lugar sem importância ou de pouca relevância na geopolítica moderna. Como lugares construídos como inexistentes ou residuais produzem pessoas como Paulina e sua literatura? Que narrativas

2. Entrevista concedida à agência de notícias portuguesa Lusa. (LITERATURA..., 2021).

sobre o mundo sustentam as práticas elaboradas nesses espaços esvaziados de sentido, pela modernidade, com potencial de reinventar a emancipação social (SANTOS, 2007)? Como esses grupos assujeitados re-existem aos processos contínuos de apagamento de seus modos de vida?

O semiárido do Brasil é um desses não lugares. Concebida como uma região “problema” (CASTRO, 2003), atrasada, inferior em relação às outras, lá está sendo gestada, a partir da ação coletiva de organizações sociais, em cooperação ou não com o Estado, uma série de iniciativas de manutenção dos bens comuns, em especial a água, os alimentos, as sementes e os bens florestais. Contudo, estas são ainda muito negligenciadas pela sociedade, de modo geral por serem concebidas como “locais”, e/ou por estar numa região de menor importância econômica, segundo o pensamento dominante. Este artigo tem o objetivo de lançar luz às experiências que se articulam em torno de projetos agroecológicos, buscando analisar as estratégias de re-existência, colocadas em curso por agricultores familiares do município de Apodi, no estado do Rio Grande do Norte. Destacamos como esses sujeitos, por meio de projetos agroecológicos e do diálogo dos saberes, restabeleceram os seus vínculos com a terra, credibilizaram suas experiências e ampliaram sua autonomia. Através de pesquisa bibliográfica, reconstituímos a trajetória de ocupação do território do município, destacando os contextos e condições em que esses processos ocorreram e a partir dos quais se projetaram os “paraquedas coloridos”.

A escolha do município se justifica pelo papel que ele ocupa, do ponto de vista da organização social da agricultura familiar no estado, na produção de alimentos em âmbito regional, e pelo histórico de acúmulo

de pesquisa que temos nessa região. O artigo está organizado em três seções, além da introdução e das considerações finais. Na primeira delas, procuramos mostrar a riqueza da sociodiversidade de Apodi traçando um breve panorama de sua situação atual. Na segunda seção, reconstituímos a trajetória de ocupação do município destacando os processos históricos que buscaram apagar os sujeitos e fazer desse território um não lugar. Nela também sublinhamos as formas emergentes de re-existência. Na terceira seção, tencionamos mostrar como a reforma agrária se forjou como estratégia fundamental na reconstituição de novos sujeitos restabelecendo seus vínculos com a terra, expandindo subjetividades e permitindo o desenvolvimento de projetos agroecológicos ancorados em um novo paradigma: o da convivência com o semiárido. Descrevemos alguns projetos agroecológicos colocados em curso sob estes enfoques procurando identificar seu papel na conservação dos bens comuns, em especial a água, os alimentos, as sementes e a floresta.

1. Um breve panorama da sociodiversidade em Apodi: os sujeitos e o seus territórios

O município de Apodi (RN) está localizado na região oeste do estado do Rio Grande do Norte e faz parte da região semiárida do nordeste brasileiro, portanto períodos de estiagem e secas prolongadas fazem parte de sua história. Apodi tem uma área de 1.602,480 km², possui 34.763 habitantes, sendo 17.531 a população rural, e 17.531 a urbana, apresentando uma densidade populacional de 22,50 habitantes por km² (IBGE, 2010). Apesar da melhoria significativa no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre os anos de 1991 a 2010, saindo de 0,493 para 0,727, respectivamente,

30,3% da população de Apodi com 25 anos ou mais, ainda é analfabeta (IPEA, 2013). Dados do Ministério do Desenvolvimento Social de 2015, mostram que 27% de sua população rural encontrava-se em situação de extrema pobreza. Existem 5.086 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, das quais 2.358 são oriundas da agricultura familiar. A forma majoritária de organização social da produção é a agricultura familiar e camponesa. Dos 3.274 estabelecimentos existentes no município, 93% são de agricultura familiar, divididos em 94 comunidades rurais (IBGE, 2006). Desses, 48% possuem até 10 hectares. Há ainda a presença de 26 assentamentos de reforma agrária (MDA/PTDR, 2010; SANTOS, 2016).

A caatinga é o bioma típico e predominante na região, e o menos protegido pela legislação ambiental brasileira (ROZENDO; DINIZ, 2020). No município, existem quatro formações geomorfológicas (SANTANA JÚNIOR, 2010), que correspondem a características edafoclimáticas específicas, com uma produção agropecuária bastante diversificada, lhe concedendo uma posição de destaque em termos de potencial produtivo, em que pese as dificuldades inerentes às características de clima semiárido: média anual pluviométrica inferior a 800 mm, aridez igual ou inferior a 0,50 e risco de seca de 60% (IBGE, 2018). A descrição dessas formações e seus processos produtivos evidenciam a diversidade que encontramos no município. a) A *Chapada do Apodi* abriga um importante patrimônio geológico, como o parque Lajedo da Soledade e está sobre o aquífero Jandaíra, um dos mais importantes estoques de água da região e objeto de inúmeras disputas com a fruticultura irrigada empresarial, como se verá adiante. Além disso, possui poços de exploração de petróleo e gás, desde os anos 1990, e áreas com

extração de cal (SANTOS, 2016; MDA/PTDR, 2010). É também na Chapada que se situam os assentamentos de reforma agrária, criados em meados dos anos 1980. Do ponto de vista da produção agrícola, a região produz algodão, milho e feijão, tendo ainda áreas de pastagem natural que dão suporte às duas principais produções animais: caprinos e bovinos. b) Nas *superfícies planas*, encontramos uma zona agropecuária tradicional integrada, na qual são cultivados algodão, milho, mandioca, feijão, caju e sisal; além disso, conta com áreas de pastagens naturais para a criação de bovinos e extrativismo de carnaúba; c) Na *Depressão Sertaneja*, destacam-se a produção de algodão, milho, feijão, macaxeira, jerimum e melancia cultivados em regime de sequeiro, além da pecuária de corte. d) As *planícies aluviais* são as regiões próximas à sede do município, onde se desenvolvem a pesca artesanal e a aquicultura de tilápias em gaiolas; as principais lavouras são: algodão herbáceo, arroz, feijão e milho; e na criação animal predominam a caprinocultura e apicultura. Nas áreas de agricultura irrigada são cultivados: manga, coco, sorgo, capim elefante, arroz vermelho, banana, dentre outros, sendo a rizicultura a exploração mais expressiva, ocupando uma área de aproximadamente 200 ha (SANTANA JÚNIOR, 2010).

Esse breve panorama resulta do trabalho que agricultores familiares e suas organizações sociais têm realizado. Essa sociodiversidade integra e traduz distintas formas de territorialidade, que se produzem com a valorização dos atributos locais da agricultura camponesa a partir do aprendizado coletivo e da ecologia dos saberes (SANTOS, 2007), o que transformou Apodi em um exemplo de “território agroecológico”. As reflexões que seguem, procuram dar conta da trajetória

ria do município que, produzido sistematicamente como um não-lugar, numa região semiárida, tornou-se “referência regional e nacional na construção popular da agroecologia”. Sustentadas por um novo paradigma, o da convivência com o semiárido, estão em curso várias experiências protagonizadas por indivíduos assujeitados e subalternizados, visando à manutenção dos bens comuns como a água, os alimentos, as sementes e as florestas. É sobre elas e suas possibilidades emancipatórias que voltamos nossa atenção. Sobre como defendem um modo de estar no mundo, como reagem aos “ajustamentos” de mão única, como constroem sua aceitação sem se diluir, como nos sugere Baumam (2004, apud PALLARES-BURKE, 2004).

2. Os processos históricos de produção do não lugar: a ocupação socioterritorial de Apodi

A área que hoje constitui o município de Apodi foi parte de uma sesmária concedida aos militares Manoel Nogueira e João Nogueira, por volta do ano de 1670, pelo reconhecimento do seu trabalho na captura da população indígena (SANTOS, 2016) como forma do domínio lusitano em terras interiores. Território de diversas etnias indígenas, as terras dos sertões do Apodi foram palco de intensas disputas entre fazendeiros e os índios Paiacus (DIAS, 2010; SANTOS, 2016), quando os primeiros requereram à Coroa Portuguesa a posse destas terras (DIAS, 2010), alegando se tratarem de áreas abandonadas e não cultivadas. Foi

somente com a chegada das missões jesuítas, no ano de 1700, responsáveis pela formação da “Aldeia de Apodi” (IBGE, 2020), que a ocupação da região se estabeleceu de modo permanente com o desenvolvimento da pecuária e da agricultura para autoconsumo, destacando-se na produção de milho, macaxeira, jerimum, fava, entre outras. Estes cultivos constituíram uma base alimentar bastante diversificada na região (SANTOS, 2016; MATTOS et al. 2020), ainda que constantemente ameaçadas pela concentração fundiária e seus sistemas produtivos baseados nas monoculturas, e pelas condições que a seca impunha, o que exigiu da população sertaneja uma grande capacidade de resiliência, que se expressava e ainda se expressa no profundo conhecimento desta sobre as condições de reprodução do meio natural (MATTOS; MAY, 2020; ANDRADE; ROZENDO; SILVA, 2014).

De 1850 a 1970, o cultivo do algodão em grandes propriedades foi a base da agricultura no município de Apodi³. Mattos e colaboradores (2020) mostram que esta se desenvolveu de forma combinada às culturas alimentares em ciclos alternados e/ou em áreas de aluvião, e em concomitância com a pecuária. A produção de alimentos respeitava os ciclos biológicos das plantas e se orientava pelos conhecimentos tradicionais dos sertanejos, salvaguardando solos e mantendo estoques de sementes que lhes permitissem cultivar futuramente, e garantir a alimentação da família e dos animais nos períodos de estiagem. Essas práticas que constituem o modo de vida do sertanejo, são identificadas por muitos deles

3. A chamada “era do ouro branco” teve sua decadência a partir da convergência de uma série de fatores: parcelamento das terras das grandes fazendas, cujos herdeiros não se sentiam estimulados a seguir no negócio do algodão, já não tão rentável, em razão das flutuações dos preços no mercado internacional e a chegada da praga do bicudo que prejudicou fortemente a produção (MATTOS et al., 2020).

como equivalentes ao que se chama atualmente de agroecologia (SANTOS, 2016). Embora os cultivos alimentares fossem fundamentais para a manutenção das plantations, ocorriam de modo marginal à grande produção.

Parte significativa da produção do algodão era feita em grandes propriedades com mão de obra de agricultores sem terra, ou de pequenos posseiros em sistema de parceria ou terça com os proprietários. Nestes “contratos”, muitas vezes apenas apalavrados, para usar um termo nativo, os agricultores moravam nas fazendas e dividiam de 30% a 50% dos lucros da produção de algodão com os fazendeiros, além de responsabilizarem-se pela produção de alimentos que mantinham seu senhorio. Era essa forma precária de acesso à terra, que permitia à maioria dos agricultores produzir alimentos para o sustento de sua família e ter acesso à água, principalmente quando se considera que as fontes de água estavam no domínio das grandes propriedades. A decadência da cotonicultura nos anos de 1970, atingiu, conseqüentemente, a produção das culturas alimentares, uma vez que o objeto das parcerias era o algodão, comercializado no mercado internacional. Os cultivos alimentares eram pouco valorizados, pois se destinavam, em grande parte, à família dos moradores, e mesmo nos casos em que seu senhorio dependia deles, podia obtê-los de outras maneiras. A crise do algodão expulsou centenas de camponeses que ficaram sem terra para trabalhar em uma região já vulnerável socioeconomicamente, lançando-os na pobreza e na fome.

Destaque-se que o deslocamento populacional temporário e/ou o êxodo definitivo para outras regiões do país, sempre fizeram parte da história de vida dos habitantes do semiárido (MATTOS; MAY, 2020; FERREIRA; PAIVA; MELO, 2020) como uma estratégia para fugir da fome, da pobreza e da desnutrição. Por isso receberam a alcunha de retirantes. A crise da cotonicultura veio agravar as condições de vida da população rural, com incidência sobre a saúde e suas formas de reprodução social, já que diminuiu a disponibilidade de alimentos, dificultou o acesso à água, reduziu a renda e aumentou as pressões sobre os bens disponíveis, como no caso da extração das espécies vegetais da caatinga, cuja venda como lenha era uma das poucas possibilidades de obtenção de ganho, principalmente durante as secas, como a que ocorreu entre os anos 1979 e 1984⁴ (MATTOS; MAY, 2020; FERREIRA; PAIVA; MÉLO, 2020). As mortes causadas por fome ou doenças relacionadas à desnutrição na região, são temas de centenas de depoimentos (SANTOS, 2016) em Apodi e marcaram fortemente a história do Nordeste brasileiro. A fome, no entanto, não podia ser explicada como resultado da seca, mas da opção por projetos políticos equivocados, entre os quais a manutenção da grande propriedade, como mostrava Josué de Castro, desde 1946.

A inoperância do Estado no enfrentamento desses problemas, vivenciados também em outros períodos, é ampliada sob o comando do regime militar, agravando a tragédia social do flagelo da fome (CAS-

4. A mais abrangente delas teve início em 1979 e durou quase cinco anos. Fome e saques se espalharam pela região. Estima-se que não houve colheita em nenhuma lavoura dentro de uma área de 1,5 milhões de km². Dados oficiais indicam que, nessa época, morreram em todo Nordeste cerca de 3,5 milhões de pessoas por conta de enfermidades e desnutrição (IPEA, 2009) (BARRETO, 2009).

TRO, 1946). Além da ausência de uma rede de proteção social capaz de garantir subsistência à parcela mais vulnerável da população, suas políticas de “combate à seca” eram pontuais, ineficazes e reforçavam a reprodução das desigualdades (SANTOS, 2016; SILVA, 2006; SANTOS; ROZENDO; DINIZ, 2019). Ficaram bastante conhecidas as chamadas “frentes de emergência”, criadas pelo governo federal (muitas delas coordenadas pelo Exército Brasileiro) para aproveitar a mão de obra de trabalhadores famintos na construção de estradas, açudes, ferrovias etc., muitas vezes, apenas em troca de alimento e de um pouco d’água para consumo da família, ou pagando módicos valores (MATOS, 2020; SANTOS, 2016). Os relatos dos que viveram essa experiência destacam o sofrimento e as humilhações constantes que pretendiam a desumanização de sua existência. A distribuição de água por meio de carro-pipa se tornou também outro grande ícone da chamada “indústria da seca”. A ação constituía um dos principais objetos de barganha política entre as elites locais e seus eleitores. A abertura de açudes «públicos” nos domínios das grandes propriedades, também compunha o rol de estratégias da referida indústria para a manutenção do poder e do controle pessoalizado sobre a população (DINIZ; ROZENDO; SANTOS, 2019), subalternizando-a e produzindo sistematicamente não sujeitos.

Esta breve retrospectiva sobre Apodi evidencia diferentes formas de manifestação da herança colonial. Nesse contexto,

a grande propriedade figura como referência das relações sociais, econômicas, ambientais, espaciais etc., relegando tudo mais à inexistência. Com a crise da cotonicultura, a produção alimentar, que já se fazia de modo marginal às culturas predominantes, é desestruturada, o acesso à água e à terra se torna ainda mais limitado, e os sujeitos locais seguem subjugados aos interesses dos grandes proprietários. O comportamento complacente das elites locais, aliadas às condições climáticas pouco favoráveis e à necropolítica (MBEMBE, 2018) do Estado, criaram condições para formas de apagamento sistemático desses sujeitos e de seus modos de vida⁵.

Nesse caso, o modo primário de desenajamento, de des-envolvimento, é a própria negação do acesso à terra e à água àqueles que eram os principais protagonistas na produção de alimentos e na manutenção dos bens comuns, mas que foram transformados em vítimas da fome, dessubjetivados e nomeados de retirantes.

2.1. A reforma agrária e a reconstituição dos novos sujeitos: restabelecendo vínculos e expandindo subjetividades

A partir da década de 1960, a Igreja Católica, através dos Movimentos de Educação de Base (MEB), passou a estimular a organização política dos trabalhadores rurais nessa região, a partir de reivindicações por melhoria de condições de vida. Eram mobilizações em torno de questões pontuais, como a reivindicação de acesso à água, à qual

5. Mbembe (2018, p. 71) define necropolítica como maneiras institucionalizadas de violência dos Estados modernos, nos quais vastas populações são submetidas às condições “que lhes conferem o estatuto de “mortos vivos”, ou ainda como formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte e que se encontram nas estruturas estatais sob distintos modos.

outras pautas iam se somando. Lembremos que, num contexto de ditadura militar, estes eram um dos únicos espaços em que era possível essa articulação, ainda que sob forte vigilância. Assombrados pelo medo da violência do regime e desencorajados por várias pessoas ao redor, que os chamavam de “comunistas”, a recém criada associação de agricultores de Santa Luzia construiu o primeiro poço coletivo. Nessa ação, constataram que das 100 famílias envolvidas, apenas 35% possuíam terra e muitas delas não tinham sequer sementes para cultivar.

A luta pela água havia construído um espaço de diálogo, de construção de valores e cooperação, permitindo-lhes “suspender o céu” (KRENAK, 2019) e vislumbrar outras possibilidades, a partir de suas próprias vivências, como no caso da formação dos bancos de sementes. Era comum, entre muitos agricultores sertanejos, a prática de estocar sementes, então estes decidiram difundir esta tradição entre aqueles que não a praticavam. Os “bancos de sementes”, nomeados posteriormente de casas de sementes, constituíam espaços físicos, coletivos onde os agricultores e as agricultoras mantinham estoques de sementes nativas, buscando realizar o melhoramento destas – através da adaptação das espécies, e de trocas de variedades entre eles e outras comunidades –, num processo contínuo de experimentações sobre os processos produtivos, mas também de construção de valores sobre a cooperação, sobre o trabalho coletivo e de partilhamento de seus modos de existência. As saídas construídas por esses grupos resultaram no processo de seu reconhecimento como sujeitos capazes de influir em seus destinos, criando um contexto fa-

vorável a mudanças, no qual a luta pela terra assumiu centralidade. A criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), na década de 1980 (MDA/PTDR, 2010), é a expressão dessas condições.

O restabelecimento do regime democrático em meados da década de 1980, e a implantação do I Plano Nacional da Reforma Agrária no ano de 1986, abriram espaço para o fortalecimento das reivindicações por reforma agrária. A presença maciça de agricultores sem terra e posseiros em Apodi, animada por instituições eclesásticas católicas em parceria com o movimento sindical, aliada ao novo contexto político, criou as condições para o estabelecimento de itinerários mais favoráveis à população rural. O MEB e o STR estimulavam o associativismo, a cooperação por meio de espaços comunitários de convivência e de produção, focando na capacidade de agência dos agricultores (SEN, 2010). As mobilizações iniciais por acesso à água que haviam colocado em evidência o problema da concentração de terras, deflagraram o movimento por reforma agrária, que resultou na criação de 26 assentamentos no município, abrigando cerca de 650 famílias (MDA/PTDR, 2010; SANTOS, 2016) oriundas da região, formadas por filhos e filhas de agricultores locais, arrendatários e posseiros, trabalhadores das antigas fazendas produtoras de algodão e de extração de pedra.

A partir da década de 1990, como parte da política de reforma agrária, o Estado brasileiro implementou um modelo diferenciado de assistência técnica, terceirizando a atividade, mas mantendo a supervisão estatal. Este modelo fundamentava-se na participação de agricultores e agricultoras como co-partícipes das políticas públicas e

das estratégias de desenvolvimento (MOREIRA, 1997), como foi o caso do Projeto Lumiar⁶. Alvo de várias críticas, pois se fez paralelamente ao desmonte do sistema público de assistência (PEIXOTO, 2008 apud GURGEL, 2016), este novo formato acabou atraindo para a região de Apodi cerca de 23 ONGs, que seriam responsáveis pelos projetos de desenvolvimento nos assentamentos recém criados. A chegada dessas equipes conformou uma rede de atores, com novas visões e valores, o que foi de grande importância para que Apodi se notabilizasse, a partir dos anos 2000, como um “território Agroecológico” (SANTOS, 2016; MDA/PTDR, 2010). A adoção de uma perspectiva mais inclusiva de assistência técnica não significava, necessariamente, a adoção de modelos mais sustentáveis de produção. Os dissensos sobre este aspecto levaram à recomposição de alianças entre as organizações, fazendo emergir redes mais ou menos engajadas nos processos de transição agroecológica (SANTOS, 2016). Evidentemente, prevalecia a visão hegemônica sobre o papel que a agricultura deveria desempenhar no quadro da sociedade moderna, e as funções que os agricultores e as agricultoras deveriam assumir para isso. É nesse jogo entre a marginalização e um envolvimento instrumental, que se objetificam os sujeitos, mas é também nessas fissuras que se constroem as subjetividades insurgentes (SANTOS, 2007).

Parte do corpo técnico das ONGs possuía um histórico de trabalho com os movimentos sociais (GURGEL, 2016), o que permi-

tiu estabelecer laços de confiança, que foram fundamentais para o desenvolvimento dos projetos socioprodutivos implantados em Apodi. Outros atores importantes nessa rede, que favoreceram o fortalecimento da agroecologia, foram as universidades, sobretudo o Grupo Verde de Agricultura Alternativa, ligado à atual UFERSA (Universidade Federal Rural do Semiárido) e à UERN (Universidade Estadual do Rio Grande do Norte) que, por meio de iniciativas de extensão e formação, contribuíram para disseminar as perspectivas agroecológicas (SANTOS, 2016). Egressos desses grupos compunham, inclusive, as equipes que prestavam assistência técnica na região. Apesar desta estreita relação, certamente as intervenções não ocorreram sem conflitos. Havia muitos questionamentos sobre a prevalência do difusionismo (princípio orientador da modernização da agricultura) nos cursos que formavam esses profissionais, apontando a necessidade de elaborar currículos mais condizentes com a realidade local (SANTOS, 2016).

O modelo de assistência predominante se dava em consonância com as políticas de fomento à produção vigentes, inspiradas pelos padrões da “modernização da agricultura”, que exigia o uso do pacote tecnológico altamente demandatório de insumos, como sementes melhoradas pela indústria química, fertilizantes, inseticidas etc. Este foi o caso de um projeto de melão irrigado implementado na região, inspirado nos mesmos moldes dos pólos empresariais de fruticultura irrigada, criados no Nordeste na dé-

6. Partindo de um referencial metodológico construtivista, o Projeto Lumiar buscava a estruturação de um ambiente democrático, reconhecendo o direito da comunidade dos assentados de construir o seu próprio caminho, analisar e reavaliar os processos, e decidir. O papel do agente externo (a equipe técnica) era o de facilitador, e os assentados desenvolviam sua capacidade de autonomia e decisão, e de questionamento da realidade. O projeto compreendia os assentados como co-participes da política pública (MOREIRA, 1997)

cada de 1970, que ficou reconhecido como exemplo de total insucesso (SANTOS, 2016; MDA/PTDR, 2010), pois endividou os agricultores, comprometeu seus solos e fontes d'água, e desestimulou a produção para autoconsumo das famílias envolvidas, contribuindo para fragilizar seus vínculos com a terra, recentemente estabelecidos através dos projetos de reforma agrária.

Os projetos de fruticultura irrigada tiveram grande impulso entre 1980 e 1990 na região (ALVES; AQUINO; SILVA FILHO, 2018). Na Chapada do Apodi, que se divide entre o estado do Ceará e o Rio Grande do Norte, no fim dos anos 1980, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) implementou um projeto de irrigação no lado cearense. A área irrigada foi ocupada por cinco grandes empresas de fruticultura, desestruturando a produção de milhares de pequenos agricultores. O uso em larga escala de agrotóxicos, inclusive com pulverização aérea, contaminou os canais de irrigação que serviam às lavouras e às comunidades (ANA, 2013), adoecendo trabalhadores rurais e a população do entorno.

Distintos modelos de assistência técnica coexistiam (e ainda coexistem) num mesmo território, orientando sistemas produtivos diferentes e construindo visões sobre a agricultora e seus sujeitos. As formas hegemônicas de assistência técnica, pautadas em discursos de eficiência e superioridade, operavam diuturnamente para descredibilizar os saberes das populações locais e seus modos de vida, desqualificando seus produtos como estratégia de convencê-los a abraçar a moderna forma de produção. Essa desqualificação se processava também no âmbito do mercado, constituído majoritariamente por atravessadores que desvalorizavam social e economicamente a produção local para ampliar as margens de lucro.

Pinto e Mignolo (2015) alertam sobre a eficácia desses micro discursos na construção do pensamento hegemônico. Essa prática de apagamento dos sujeitos e subalternização de suas formas de existência teve efeitos bastante perversos para o conjunto da população rural, que ainda em muitos aspectos, se vê como menos importante, como trabalhadora residual. Quando o Estado brasileiro criou o Programa de Aquisição de Alimentos, no ano de 2003, que previa a compra de produtos da agricultura familiar para doação à população em situação de insegurança alimentar, vários agricultores não acreditavam que o projeto fosse verdade: “eu não acreditava porque não imaginei que aquilo que a gente plantava valia alguma coisa. A gente nunca valeu nada pra eles, mas se estão querendo comprar os produtos é porque devem ter algum valor” (informação verbal).

O estabelecimento de um novo padrão de assistência, articulado em torno da construção da agroecologia, abriu espaço para o diálogo de saberes, contribuindo para revalorizar as experiências locais, oportunizando novos protagonismos, em especial de mulheres, que assumiram a frente de diversos projetos agroecológicos, como se verá adiante. Nesse período, o que havia de projeto “agroecológico” era a promoção daquilo que era próprio das formas de reprodução da agricultura camponesa, que ocorria à margem do sistema convencional de fomento e da assistência técnica hegemônica: sistemas tradicionais de manejo da caatinga, produção animal e vegetal em consórcios, a manutenção de estoques de sementes nativas e ou crioulas etc., apoiadas pelas organizações religiosas (com suas redes internacionais), pelo sindicato e pelas universidades com seus projetos de extensão, num movimento in-

tenso de compartilhamento de experiências e saberes.

Em 1996, o governo federal criou o PRONAF - Programa Nacional da Agricultura Familiar. Esta ação foi um fator importante para reestruturação da produção local e do restabelecimento dos vínculos entre agricultores e o seu território, uma vez que reconheceu a agricultura familiar como uma categoria socioprofissional (mas também cultural) importante na produção alimentar e na recomposição de espaços ambientais socialmente referenciados. Embora apresentasse um viés marcadamente produtivista, possibilitou ampliar e diversificar a produção dos bens alimentares. Nesse aspecto, merece destaque o incentivo à apicultura cuja reprodução exigiu a reestruturação dos agroecossistemas locais com a adoção de formas de manejo do solo e da caatinga, produção livre de agrotóxicos e diversificação produtiva. O fortalecimento da cadeia produtiva de mel é concebido como um dos grandes propulsores das iniciativas agroecológicas em Apodi e regiões circunvizinhas, uma vez que sua manutenção demandava um olhar sobre o conjunto das estratégias sociais e produtivas.

Embora a criação dos assentamentos, a emergência de um modelo diferenciado de assistência técnica e a criação do Pronaf tenham contribuído para visibilizar e valorizar os sujeitos rurais, reunidos então sob a categoria de agricultores familiares, não havia um projeto coletivo capaz de orientar suas práticas e garantir sua manutenção. Uma

versão “oficial de desenvolvimento” persistia e seguia colocando em xeque suas experiências, ameaçando seus modos de vida.

Havia um entendimento de que era necessário uma mudança radical na forma de organizar as relações sociais, produtivas e econômicas. Essa mudança de perspectiva só poderia se concretizar por meio de formas de ação coletiva que privilegiassem as culturas alimentares locais, que se fizessem respeitando os limites ecossistêmicos, que fossem capazes de incorporar atores distintos e em diferentes níveis. Isso exigiu muitos esforços de organização, que redundaram na constituição de espaços de coordenação política⁷, em que se articulavam associações de trabalhadores rurais, sindicatos, universidades, instituições religiosas, que questionando as políticas públicas em geral, em especial as de combate à seca, colocaram na pauta do dia a necessidade de pensar as formas de “convivência com o semiárido”⁸. Essa proposição veio se tornar um novo paradigma de desenvolvimento rural, principalmente a partir da divulgação da “Declaração do Semiárido”, cuja articulação ocorreu em um fórum paralelo das organizações sociais do campo, durante a 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca (COP3), da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada em Recife-PE, no ano de 1999 (ASA, 2020). Assinada por diversas organizações que atuavam nos espaços rurais, a declaração alertava para as situações de agravamento da pobreza no campo

7. A respeito das inúmeras organizações sociais que se constituíram nesse período, ver o trabalho de Vieira (2013).

8. Em 1993, várias organizações do campo ocuparam a sede da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste cobrando uma postura mais efetiva do Estado quanto às situações de enfrentamento à seca, colocando em curso um movimento regional importante que inspirou, no ano de 1999, a criação da Articulação do Semiárido (ASA).

e apontava diretrizes para a construção de um projeto de ação para o semiárido, que se baseasse no aproveitamento da sociobiodiversidade local, nos saberes locais, nas experiências acumuladas com tecnologias sociais, considerando os limites ecossistêmicos, e que reconhecesse o protagonismo da sociedade civil nesse processo (ASA, 1999).

A proposta de convivência com o semiárido fundamenta-se em duas premissas: *i*) a conservação, o uso sustentável e a recomposição ambiental dos recursos naturais do semiárido; *ii*) a quebra do monopólio de acesso à terra, água e a outros meios de produção. Constitui-se, ainda, de seis pontos principais: conviver com as secas, orientar os investimentos, fortalecer a sociedade, incluir mulheres e jovens, cuidar dos recursos naturais e buscar meios de financiamentos adequados (DECLARAÇÃO DO SEMIÁRIDO, 1999, p. 5).

As organizações signatárias da Declaração do Semiárido criaram, nessa ocasião, a Articulação do Semiárido (ASA), entidade responsável por representá-las e pautar a agenda da convivência com o semiárido. Atualmente, mais de três mil entidades em todo o Nordeste brasileiro integram a ASA. Essa articulação foi um marco na história de resistência dos agricultores familiares do semiárido, pois mais do que colocar em evidência a precariedade das condições de vida da população sertaneja, propunha um conjunto de soluções a partir do acúmulo de suas experiências em que assumiam o principal protagonismo. A proposta de convivência com o semiárido constitui, sem dúvida, uma inflexão nas formas de entendimento sobre como sustentar a vida na região, sendo fundamentais para o reconhecimento dos sujeitos historicamente invisibilizados, silenciados, como sujeitos de direitos ao mes-

mo tempo em que constrói uma narrativa de ressubjetivação.

A ASA tem forte atuação em Apodi e executa grande parte dos projetos agroecológicos, com vistas à manutenção dos bens comuns, em especial a água, os alimentos, as sementes e as florestas. Sua capacidade de articular as ações de convivência à agenda global, como a das mudanças climáticas e dos acordos da biodiversidade etc., tem resultado no reconhecimento internacional do seu trabalho, à medida que contribui para que os sujeitos e seus modos de vida sejam valorizados. Os estudos sobre Apodi reforçam a ideia de que essa sociobiodiversidade existente faz com que o município se apresente como uma espécie de “território de fruição”, como sugere Krenak (2019).

3. As ações de convivência com o semiárido e a conservação dos bens comuns: água, alimentos, sementes e florestas

Conforme vimos anteriormente, mesmo com contratos temporários e formas precárias de acesso à terra, os agricultores de Apodi procuravam manter seus estoques de água, sementes, alimentos e a floresta. Estocar e conservar é parte das estratégias que sustentam o modo de vida dos agricultores do sertão semiárido, uma vez que estão sob a ameaça constante das secas. As propostas de convivência com o semiárido ganharam grande abrangência a partir dos anos 2000, quando o governo federal assumiu o compromisso de erradicar a fome. A partir dessa pauta, várias ações foram incorporadas às políticas públicas, como a política de cisternas e de manutenção dos estoques públicos de sementes. Podemos identificar que o histórico de mobilizações, conquistas e aprendizados coletivos de

Apodi acabaram por transformar o município em um território de “experimentações” dessas políticas (VIEIRA, 2013; SANTOS, 2016; ROZENDO, 2018; NUNES e SCHNEIDER, 2013). Uma delas foi o Projeto Dom Helder Câmara (PDHC)⁹, de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Este foi um programa de ações referenciais de combate à pobreza e apoio ao desenvolvimento rural sustentável, embasado no conceito de convivência com o semiárido, articulando as dimensões sociopolíticas, ambientais, culturais, econômicas e tecnológicas, e pautando-se por processos participativos de planejamento, gestão e controle social (BRASIL, 2015).

As ações desenvolvidas no âmbito do PDHC são apontadas por vários atores do meio rural como fundamentais na organização da agricultura familiar local e no desenvolvimento das diversas iniciativas de cunho sustentável existentes, transformando a região em uma referência em agroecologia (SANTOS, 2016). Embora não tenha sido o único projeto com esse enfoque, sua metodologia de ação contribuiu para balizar outras iniciativas no território. Na realidade, o sucesso da experiência com PDHC é atribuído à capacidade de seus assessores em dialogar com as formas de organização social existentes, potencializando e expandindo suas capacidades – o que se espalhou também para outros espaços e instituições. Quais práticas com vistas à reprodução e manutenção dos bens coletivos emergiram a partir da divisão dessa concepção, executadas ou não pelo PDHC? Destacamos, a seguir, algumas dessas iniciativas, sendo que

a maior parte delas tem as mulheres como protagonistas.

Do ponto de vista da conservação dos bens florestais e alimentares podemos destacar a criação de unidades demonstrativas em manejo da caatinga. Santos (2016) e MDA/PTDR (2010) identificam esta ação como importante estratégia pedagógica agroecológica, à medida que envolve um campo de experimentos ligados à biodiversidade, considerando os saberes locais. As unidades foram implementadas tanto em áreas de uso coletivo (como no caso da extração de carnaúba) como em unidades familiares. Nelas se associam plantios de milho, feijão de sequeiro, a criação de animais e os chamados quintais produtivos com cultivo de frutíferas, visando a atender tanto a alimentação da família, como abastecer o mercado consumidor local. Sob este aspecto, identificamos também o projeto Experimentação em Hortas e Pomares Agroecológicos. As organizações sociais procuraram incentivar a produção agroecológica de hortaliças e frutas por meio das trocas de experiências entre as agricultoras, objetivando aumentar o consumo das famílias, ao mesmo tempo que seus conhecimentos sobre os cultivos se ampliaram. No incentivo à produção de frutas, destacamos: o foco na recuperação de espécies tradicionais da região, como no caso da cajarana, goiaba, castanha de caju; o protagonismo das mulheres e jovens; o processo intenso de aprendizado coletivo com inúmeros intercâmbios nacionais e internacionais; e a consolidação das estruturas de beneficiamento, como no caso das 15 agroindústrias de polpa de frutas, organi-

9. O Projeto Dom Helder Câmara - PDHC atuou em 6 estados do Nordeste brasileiro, envolvendo 8 territórios rurais e 77 municípios do semiárido. O PDHC beneficiou diretamente, através das suas ações, 15.021 famílias. Disponível em <http://www.projctodomhelder.gov.br/site/o-projeto-dom-helder/area-de-atuacao.html>. Acesso em: 15 maio 2015.

zadas por mulheres. Em 2013, uma dessas iniciativas, conquistou o prêmio Santander Universidade Solidária, com o projeto de extensão “O Uso da Tecnologia da Extração a Vapor para Produção de Sucos das Frutas produzidas no Sertão do Apodi”, realizado pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN) (TUDO, 2015). O valor do prêmio foi investido na ampliação e melhoria dos quintais produtivos.

Outra experiência importante foi o cultivo do algodão agroecológico em consórcio com culturas alimentares como o feijão e o gergelim. Desenvolvido numa parceria entre a Diaconia e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), teve como objetivo resgatar a cultura do algodão em bases agroecológicas, e fomentar o protagonismo feminino e a produção das culturas alimentares (MDA/PTDR, 2010; SANTOS, 2016; MATTOS, 2020). A comercialização do produto tem sido feita por contratos com o mercado da moda do Brasil, da França e da Espanha, comprometidas com o comércio justo¹⁰. Lima (2020) citado por Mattos et al. (2020) afirma que a implementação do projeto “implicou na formulação de um plano sob vários outros aspectos, para além do produto em si, que incorporou, por exemplo, a qualidade do solo, a valorização da biodiversidade, a utili-

zação mais sustentável dos recursos renováveis (como água e biomassa) e não renováveis (como nutrientes e combustíveis) (LIMA apud MATTOS et al, 2020, p. 564). A iniciativa foi certificada com selo Orgânico, por meio dos Organismos Participativos de Avaliação de Conformidade (OPAC's), segundo o site da Diaconia (ESTEVAN, 2019) alcançando grande visibilidade social. Essa experiência mostra que os processos de re-existência são dinâmicos e podem diferir em sua essência. Nesse caso, uma forma de inserção não subalternizada aos mercados têm contribuído para o reconhecimento dos sujeitos com desdobramentos importantes em outras esferas da vida.

O Programa Agroecológico Integrado Sustentável (PAIS) também é uma tecnologia social bastante difundida no município. Ele é uma espécie de horta em estilo mandala que associa cultivo de hortaliças, plantas medicinais, frutas e produção animal em pequena escala, com compostagem oriunda dos cultivos, que é complementada com os dejetos da produção animal. A ideia é que seja um sistema que se retroalimente. O objetivo é garantir a preservação ambiental, a melhoria na renda dos trabalhadores rurais e a diversificação de alimentos para as famílias, a partir de fundamentos da agroecologia (SANTOS; ROZENDO, 2015).

10. Mattos et al. (2020), citam as principais empresas envolvidas na comercialização do algodão agroecológico: “(i) Vert Shoes é uma fabricante do setor de calçados de origem francesa, mas com unidade de fabricação para o Brasil. Visa desenvolver produtos 100% derivados de ações sustentáveis e que promovam justiça e respeito a povos e comunidades tradicionais; (2) Organic Cotton Colours é uma entidade de corte empresarial da Catalunha, mas que promove uma rede internacional de comercialização de produtos derivados de algodão orgânico colorido (finais ou intermediários). Desenvolveu um selo próprio de certificação (OCCGuarantee®), mas também adquire matéria-prima de terceiros com certificação reconhecida; (3) Justa Trama é um empreendimento associativo brasileiro derivado de iniciativas nascidas no movimento da economia solidária. Tem menor penetração no semiárido brasileiro do que em outros biomas, como Cerrado e Amazônia. Representa uma holding de cooperativas e outros grupos menores que atuam nos diferentes elos da cadeia, seja da facção, seja da confecção”. (p. 573)

Também com objetivos semelhantes, identificamos, em Apodi, o projeto de Casas de Sementes. Anteriormente denominado de “banco de sementes”, foi inspirado em práticas tradicionais dos sertanejos e encampado pela ASA, em sua estratégia de difundir a convivência com o semiárido. A proposta era incentivar a conservação das variedades locais por intermédio do armazenamento e da troca entre os agricultores das chamadas “sementes crioulas”, como forma de diminuir sua dependência em relação ao mercado de sementes, assegurar a reprodução de variedades adaptadas à região com vistas à segurança alimentar. Santos (2016) identificou que um único agricultor em Apodi chegou a ter 600 espécies estocadas, entre variedades de milho, trigo, feijão, fava, arroz, sorgo, e outras. A prática de manutenção desses cultivares pelos chamados “guardiões das sementes” é parte constitutiva do modo de vida camponês, e é bastante comum entre os sertanejos. Esse conhecimento tácito se expressa como uma das formas de re-existência cultural, econômica, social e biológica, o que Toledo e Barrera-Bassols (2008) denominaram de “memória biocultural”, formas dominantes de organização da vida. O projeto das casas se fortaleceu com o objetivo de se contrapor à ação do governo estadual de distribuir variedades transgênicas para cultivo. “As sementes do governo”, como costumam dizer os agricultores, além de não serem adaptadas ao clima semiárido, com diversos problemas de germinação, contaminaram as variedades locais, comprometendo sua reprodução. Sementes guardadas por gerações em uma família foram perdidas, e com isso as formas de conhecimento ligadas a elas. A situação mais grave é a do milho, que praticamente desapareceu dos estoques familiares, e que atualmente foi reduzido a poucas variedades.

No Rio Grande do Norte, sob a responsabilidade da ASA, são 74 casas de sementes; só em Apodi foram criadas 12 casas, envolvendo cerca de 200 agricultores e agricultoras. Essa expansão foi oportunizada também pela implementação da modalidade Sementes no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, executado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), que passou a adquirir variedades locais para distribuição no estado – iniciativa que acabou impulsionando a criação do Plano Estadual de Sementes Crioulas, em 2019. Apesar desta importante iniciativa, outros setores governamentais do estado seguem com a distribuição das sementes transgênicas, mostrando as disputas de projetos que conformam também esse campo político.

No ano de 2021, acompanhamos, nos dez territórios potiguares, as reuniões entre o governo do estado, os agricultores e suas organizações, que visavam à mobilização destes para a concorrência ao edital de compra de sementes. Um dos aspectos destacados em todos os territórios, além dos relatos de contaminação das variedades locais, foram as tentativas de outros setores do governo, onde prevalece uma visão de superioridade da agricultura moderna, de desqualificar as sementes crioulas. Tentava-se construir uma narrativa de que as sementes crioulas não eram, na verdade, sementes, mas grãos. Os que advogavam em favor das sementes locais buscavam desmontar os argumentos, mostrando os laudos laboratoriais que atestavam a qualidade das variedades, seu grau de pureza e germinação. Essa disputa de narrativas tem se acirrado à medida que as casas de sementes se fortalecem, e que as possibilidades de autonomia dos sujeitos frente ao mercado convencional se ampliam. Produzir diversidade em um mundo monocultural, dedica-

do a produzir escassez, pode parecer mesmo incômodo.

Do ponto de vista das práticas de conservação da água, colocadas em curso pelos sujeitos locais, merece destaque a Política de Cisternas (P1MC). Esta ação constituiu o carro chefe da proposta de convivência com o semiárido. Denominado de “Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC)”, foi apresentado pela ASA ao Ministério do Desenvolvimento Social, tornando-se, em 2003, uma ação do Programa Fome Zero, uma das principais plataformas do governo federal.

O objetivo da P1MC era contribuir para ampliar a “compreensão e a prática da convivência sustentável com o ecossistema do semiárido, por meio de um processo educativo, para a transformação social, visando à preservação, o acesso, o gerenciamento e à valorização da água como um direito essencial da vida e da cidadania” (DINIZ; FERNANDES; ROZENDO, 2019, p. 4). A ideia era construir um milhão de cisternas em todo o semiárido para armazenamento das águas da chuva, para garantir o consumo às populações das áreas rurais, nos períodos de estiagem. A P1MC recebeu diversos prêmios internacionais¹¹ pela sua capacidade inovadora de democratização do acesso à água às populações vulneráveis e pela sua metodologia participativa. Vale destacar, também, que a água estocada por esse projeto, mesmo através de carro pipa, per-

mitiu pequenos plantios com vistas a assegurar a reprodução das sementes crioulas entre os anos de 2010 e 2017, quando a região semiárida viveu uma das piores secas dos últimos 40 anos, que comprometeu gravemente seus estoques de grãos. Apodi teve um grande número de cisternas (P1MC) implantadas, mas também de outros tipos de cisternas de maior porte e tecnologias sociais que visavam ao armazenamento de água, especificamente, para produção (DINIZ; FERNANDES; ROZENDO, 2019).

Essa profusão de projetos produtivos, baseados na cooperação, na troca de saberes e na construção coletiva, ganhou grande impulso a partir da consolidação dos mercados da agricultura familiar. Valorizando os atributos locais como tradição, artesanidade e o saber fazer, estes mercados reforçam a importância dos sujeitos e seus modos de vida. Nesse contexto merecem destaque, além das cooperativas, as feiras agroecológicas locais, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). As cooperativas, além garantirem a venda dos produtos, foram responsáveis por vários processos formativos que qualificaram os agricultores e as agricultoras. Por meio de acordo com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, foi criado o curso técnico de agroecologia, voltado aos jovens envolvidos nos distintos projetos agroecológicos, e um curso sobre cooperativismo. A implantação da feira agroecológica

11. No ano de 2017, o World Future Council (WFC) concedeu à ASA o Prêmio Prata de Política para o Futuro, pela implementação da Política de Cisternas. O prêmio marcou o coroamento do reconhecimento da “tecnologia social”, que já havia sido premiada outras vezes por Boas Práticas de Segurança Alimentar e Nutricional e de Desafios das Águas, ambos no ano de 2008, e de Direitos Humanos, no enfrentamento da pobreza, no ano de 2010. Também a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) passou a apoiar a replicação na tecnologia em Sahel, África, como estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (DINIZ; FERNANDES; ROZENDO, 2019).

cológica, no ano de 2009, também cumpriu um papel importante tanto na comercialização dos produtos das hortas, dos quintais produtivos e em outras iniciativas agroecológicas anteriormente mencionadas, quanto na difusão do debate sobre agroecologia. Os Programas PAA e PNAE são concebidos pelo conjunto dos agricultores como os principais catalisadores das iniciativas agroecológicas (SANTOS, 2016; Dias et al., 2013) uma vez que promoveram a ampliação e diversificação da produção com repercussões importantes do ponto de vista da garantia de segurança alimentar, tanto das famílias produtoras quanto para as pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar, contempladas pelos programas de assistência social governamentais.

Em que pese sua importância política, social, econômica e ambiental, desde 2015, tanto o PAA quanto o PNAE vêm sendo desmantelados pelo governo federal. A agenda da produção de bens alimentares, ambiental e socialmente referenciados está perdendo espaço e sendo substituída de forma avassaladora pela produção de commodities. Uma liderança do STR denunciava em uma reunião: “Apodi está virando uma ilha de agroecologia cercada pelo agronegócio de todos os lados”. Ele alertava para o crescimento do chamado agronegócio na região, sobretudo das fazendas de fruticultura irrigada, que estão esgotando os estoques de água do Aquífero Jandaíra que os agricultores familiares, por meio de suas práticas coletivas, lutaram para manter.

Considerações finais

Ao reconstituir a história de ocupação do território de Apodi, identificamos como as possibilidades dos sujeitos foram sistematicamente subordinadas às dinâmicas e aos interesses da grande propriedade. Nessa trajetória, destacamos inúmeras formas de assujeitamento, de tentativas de apagamento e desumanização de grupos que não se reconhecem num modelo de humanidade única. Estas formas se expressam como herança de uma colonialidade ainda presente, e é reificada por microdiscursos elaborados em múltiplas vias, seja pela assistência técnica hegemônica, pela concorrência desigual e perversa dos mercados existentes, seja pelas narrativas de superioridade cultural, moral, técnica etc., que se tenta propagandear através de ideias como: “O Agro é pop! O Agro é Tech!”¹² Aqueles que resistem ao processo “natural” das coisas tendem a desaparecer!

Vimos como a organização social de sujeitos subalternizados possibilitou “suspender ao céu”, criando novos valores e novos sonhos (KRENAK, 2019), transformando Apodi em um lugar de enunciação. O acesso à terra, por meio da reforma agrária constituiu, sem dúvida, uma estratégia primordial para a construção de engajamentos que permitiram desenvolver estratégias mais robustas de manutenção dos bens comuns, como vimos anteriormente. Foi principalmente nos espaços dos assentamentos, com forte participação das mulheres,

12. Propaganda do setor do agronegócio divulgada, no ano de 2018, na mídia televisiva brasileira em horário nobre.

que se desenvolveu a maior parte dos projetos de cunho agroecológico, onde se moldaram formas de re-existência e possibilidades de reconstituição de sujeitos anteriormente dessubjetivados.

Nessa reconstrução dos sujeitos vale destacar, também, as mudanças nos padrões da assistência técnica, que passou a conceber os agricultores e as agricultoras locais como protagonistas dos projetos. As mudanças no contexto político nacional, no qual temas como segurança alimentar e o combate à pobreza assumiram centralidade, foram igualmente importantes para o reconhecimento desses sujeitos, especialmente porque estas pautas se fundiram à proposta de “convivência com o semiárido”. Nesse contexto, vimos o duplo papel que o Estado pode exercer sobre um território e sua população, ora criando políticas que oportunizam o reconhecimento dos sujeitos, ora promovendo estratégias para seu apagamento. Mas, nesse jogo, pudemos observar que o alcance dos projetos descritos aqui, públicos ou não, pode ser creditado à capacidade das organizações sociais de colocarem seus modos de vida, suas experiências como aspectos fundamentais de re-existência e de manutenção e conservação dos bens comuns.

Referências

- ALVES, V. E. L.; AQUINO, J. R.; SILVA FILHO, R. I. A modernização da fruticultura irrigada e seus impactos socioeconômicos e ambientais no Vale do Açu/RN. *Geointerações*, Assú-RN, v. 2, n. 1, p. 35-56, 2018.
- ANA. *Articulação Nacional de Agroecologia*. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2013/09/10/carta-agroecologia-chapada-do-apodi-morte-e-vida>. Acesso em: 01 nov. 2021.
- ANDRADE, A. J. P. ; ROZENDO, C ; SILVA, N. M. A vulnerabilidade e a resiliência da agricultura familiar em regiões semiáridas: o caso do seridó potiguar. *Revista Campo - Território*, Uberlândia-MG, v. 8, n. 15, p. 1-30, 2013.
- ARAÚJO, R. M. *Programa de Aquisição de Alimentos (2003-2010): avaliação da implementação pela CONAB no Rio Grande do Norte*. 2012. 336 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.
- ASA. *Articulação do Semiárido. Declaração do Semi-Árido*. Disponível em: https://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/DECLARACAO_DO_SEMI-ARIDO.pdf. Acesso em: 05 abr. 2020.
- BARRETO, P. H. História: seca, fenômeno secular na vida dos nordestinos. 10/03/2009. IPEA – *Desafios do desenvolvimento*. Brasília, Ano 6, Edição 48. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1214:reportagens-materias&Itemid=39. Acesso em: 14 mar. 2021.
- BRASIL, MDS. *Relatórios de Informações Sociais*. 2015. Disponível em: <http://aplicaco-es.mds.gov.br/sagi/Riv3/geral/index.php>. Acesso em: 28 maio 2015.
- CASTRO, J. *Fome, um tema proibido*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.
- DIAS, T. A. Os marcos da colonização portuguesa na Serra de Portalegre (séc. XVII a XVIII) *In: CAVALCANTE M. B.; DIAS, T. A. (Orgs.) Portalegre do Brasil: história e desenvolvimento - 250 anos de fundação de Portalegre*. Natal: Ed. da UFRN, 2010, p. 13-34.
- DIAS, T. F. *et al.* O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) como estratégia de inserção socioeconômica: o caso do Território da Cidadania Sertão do Apodi (RN). *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v. 9, n. 3, p.100-129, 2013.

- DINIZ, P. C.; FERNANDES, C. ROZENDO, C. Política para o Futuro? A trajetória dos Programas de Cisternas em um contexto de desmonte das políticas públicas no Brasil. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 43, Caxambu [Anais...]. Caxambu: Anpocs, out. 2019.
- ESTEVEAN, T. Festa da colheita no sertão de Apodi (RN) comemora boa safra. 05/11/2019. Disponível em: <https://diaconiabr.medium.com/festa-da-colheita-no-sert%C3%A3o-do-apodi-rn-comemora-boua-safra-f60a6382568e>. Acesso em: 13 abr. 2021.
- FERREIRA, J. G.; PAIVA, A. O.; MÉLO, A.B. Representações dos retirantes das secas do Semiárido nordestino. In: ROZENDO, C; DINIZ, P. C. O. (Orgs). Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente. Curitiba, Edição especial, Sociedade e Ambiente no Semiárido: controvérsias e abordagens. v. 55, dez. 2020, p. 9-27.
- GURGEL, R. F. S. Agricultura familiar e assessoria técnica: uma análise da experiência do projeto Dom Helder Câmara no território sertão do Apodi/Rn. 2016. 105 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró-RN, 2016.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 14 ago. 2014.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Censo agropecuário 2006. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. 2006. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf. Acesso em: 04 abr.2018
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Perfil dos municípios brasileiros. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&tid=2101668>. Acesso em: 04 abr.2018.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/apodi/historico>. Acesso em: 04 mar.2020.
- IPEA. Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/acervo/atlas>. Acesso em: 14 abr. 2021.
- KRENAK, A. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LEFF, E. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.
- LITERATURA campesina de pés descalços de Paulina Chiziane ganha Prêmio Camões. 26/10/2021. Diário do Poder, Brasília. Disponível em: <https://diariodopoder.com.br/brasil-e-regioes/literatura-campesina-de-pes-descalcos-de-paulina-chiziane-e-honrada-com-premio-camoes>. Acesso em: 20 out 2021.
- MATTOS, L. C. *et al.* A saga do algodão no semiárido nordestino: histórico, declínio e as perspectivas de base agroecológica. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente. Curitiba, Edição especial - Sociedade e ambiente no Semiárido: controvérsias e abordagens, v. 55, p. 556-580, dez. 2020.
- MATTOS, L. C; MAY, P. Duas secas climaticamente análogas no semiárido nordestino com impactos sociais distintos. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, Edição especial - Sociedade e ambiente no Semiárido: controvérsias e abordagens. v. 55, p. 28-53, dez. 2020.
- MBEMBE, A. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2019.
- MDA/PTDR. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável. Sertão do Apodi. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio032.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.
- MDA/PTDR. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural. Território da Cidadania Açu/Mossoró (RN) Célula de Acompanhamento e Informação (CAI). Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra001.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2021.

- MDA/PTDR. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Plano de Desenvolvimento Territorial do Alto Sertão do Apodi. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio032.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.
- MDA /PTDR. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural. Território da Cidadania Açu/Mossoró (RN): Célula de Acompanhamento e Informação (CAI). Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra001.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2021.
- MOREIRA, J. R. Metodologias da reforma agrária: o Censo e o Projeto Lumiar Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 8, p. 163-177, abril 1997.
- NUNES, E. M.; SCHNEIDER, S. Reestruturação agrícola, instituições e desenvolvimento rural no Nordeste: a diversificação da agricultura familiar do Pólo Açu-Mossoró(RN). Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 44, n. 3, p. 601-626, jul-set. 2013.
- PALLARES-BURKE, M. L. G. Entrevista com Zigmunt Bauman. Jun. 2004. Tempo Social, São Paulo. v. 16, n. 1 Disponível em: https://www.scielo.br/j/ts/a/JjQcm7wm_FXWn5ZPTWVvYtSSM/?lang=pt. Acesso em: 04 mar. 2019.
- PINTO FILHO, J. L. O.; LUNES, A. R. S. O perímetro irrigado na chapada do Apodi-RN: surgimento, descrição e governança. In: ENANPUR, 18, 2019. [Anais...]. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=712>. Acesso em 10 abr. 2021.
- PINTO, J. R. S.; MIGNOLO, W. D. A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. Civitas, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 381-402, jul.-/set. 2015.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. O desafio ambiental: os porquês da desordem mundial. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- ROZENDO, C. Limites e possibilidades dos circuitos curtos enquanto estratégia de desenvolvimento: O caso do Programa de Aquisição de Alimentos em APODI-RN- In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 41, Caxambu-MG, [Anais...]. Caxambu: ANPOCS, 2017.
- ROZENDO, C. Os (des)caminhos do Programa de Aquisição de Alimentos na região semiárida: novas governanças, antigas armadilhas. In: PEREZ-CASSARINO, J. P.; TRICHES, R. (Orgs.). Abastecimento alimentar: redes alternativas e mercados institucionais. 1ed. Chapecó-SC: Ed. da UFFS, v. 1, 2018, p. 203-234.
- ROZENDO, C.; DINIZ, P. C. O Editorial: Sociedade e ambiente no Semiárido: controvérsias e abordagens. Revista de Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, v. 55, p. 1-8, 2020.
- SANTANA JÚNIOR, H. E. Zoneamento agroecológico do município de Apodi/RN. 2010. 151 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.
- SANTOS, B. Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SANTOS, C. F.; ROZENDO, C.; DINIZ, P. C. O. Você tem sede de Quê? Os Programas de Cisternas no Semiárido Potiguar Brasileiro como Dispositivos de Desenvolvimento. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 9, Brasília [Anais...]. Brasília: UnB, p. 2112-2141, 2019.
- SANTOS, E. R. Agricultura familiar camponesa e agroecologia em Apodi/Rn: caminhos e desafios em contexto de conflito ambiental. 2016. 165 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.
- SANTOS, R. ; ROZENDO, C. Rupturas e continuidades do sistema de produção agroecológica integrado e sustentável-PAIS em Macaíba, RN. Revista Campo-Território, Uberlândia-MG, v. 10, p. 305-322, 2015.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TOLEDO, V. M; BARRERA-BASSOLS, N. A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais. México: Icaria Editorial, 2008.

TUDO de Apodi. História e cultura de um povo. 02/08/2015. Disponível em: <http://tudodeapodi.blogspot.com/2015/08/projeto-do-sitio-corrego-finaliza.html>. Acesso em: 20 dez 2020.

VIEIRA, D. D. O espaço rural como construção social: agentes políticos e instituições no processo de relações da agricultura familiar. *In*: ROZENDO, C.; BASTOS, F.; PAIVA, I. (Orgs). Dossiê rural - dinâmicas contemporâneas no mundo rural. *Cronos*. Natal, v. 14, n. 2, p. 53-73, jul./dez. 2013.

RESUMO

Este artigo analisa as experiências agroecológicas de conservação dos bens comuns, levadas a cabo por agricultores familiares do município de Apodi, no estado do Rio Grande do Norte, em especial as que incidem sobre a água, os alimentos, as sementes e a floresta, buscando compreendê-las enquanto estratégias de re-existência e de defesa de modos de vida plurais. Partindo de uma abordagem decolonial, destacamos como sujeitos/as subalternizados/as e apagados pelo sistema dominante moderno, restabeleceram seus vínculos com a terra, credibilizaram suas experiências e reforçaram suas identidades, inspirados na ideia de convivência com o semiárido e do diálogo dos saberes. Através de pesquisa bibliográfica, reconstituímos a trajetória de ocupação do território do município, destacando os contextos e condições em que ocorreram esses processos e que permitiram projetar “ideias para adiar o fim do mundo”, como sugere Krenak (2019).

PALAVRAS-CHAVES

Diálogo de saberes. Resubjetivização. Decolonialidade. Convivência com o semiárido. Sociologia das Ausências.

ABSTRACT

This article analyzes the agroecological experiences of conservation of the commons, carried out by family farmers in the municipality of Apodi, in the state of Rio Grande do Norte, especially those that affect water, food, seeds and the forest, seeking to understand them as strategies of re-existence and defense of plural ways of life. Starting from a decolonial approach, we highlight how subjects subordinated and erased by the modern dominant system, reestablished their links with the land, credible their experiences and reinforced their identities, inspired by the idea of coexistence with the semi-arid region and the dialogue of knowledge. Through bibliographic research, we reconstruct the trajectory of occupation of the territory of the municipality, highlighting the contexts and conditions in which these processes took place and that allowed the design of “ideas to postpone the end of the world”, as suggested by Krenak (2019).

KEY-BOARDS

Dialogue of knowledge. Resubjectivization. Decoloniality. Coexistence with the semi-arid region. Sociology of Absences.

Recebido em: 02/11/2021

Aprovado em: 11/05/2022

